

Sociedade
Beneficente de
Senhoras Hospital
Sírio-Libanês

**Demonstrações financeiras em
31 de dezembro de 2018 e 2017**

Conteúdo

Relatório dos auditores independentes sobre as demonstrações financeiras	3
Balancos patrimoniais	6
Demonstrações de resultados	7
Demonstrações de resultados abrangentes	8
Demonstrações das mutações do patrimônio líquido	9
Demonstrações dos fluxos de caixa (método indireto)	10
Notas explicativas às demonstrações financeiras	11



KPMG Auditores Independentes
Rua Arquiteto Olavo Redig de Campos, 105, 6º andar - Torre A
04711-904 - São Paulo/SP - Brasil
Caixa Postal 79518 - CEP 04707-970 - São Paulo/SP - Brasil
Telefone +55 (11) 3940-1500
kpmg.com.br

Relatório dos auditores independentes sobre as demonstrações financeiras

Aos
Conselheiros e Diretores da
Sociedade Beneficente de Senhoras Hospital Sírio-Libanês
São Paulo - SP

Opinião

Examinamos as demonstrações financeiras da Sociedade Beneficente de Senhoras Hospital Sírio-libanês “Sociedade”, que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2018 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, compreendendo as políticas contábeis significativas e outras informações elucidativas.

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Sociedade Beneficente de Senhoras Hospital Sírio-libanês em 31 de dezembro de 2018, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil.

Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir intitulada “Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras”. Somos independentes em relação a Sociedade, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Responsabilidades da administração e da governança pelas demonstrações financeiras

A administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.



Na elaboração das demonstrações financeiras, a administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Sociedade continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a administração pretenda liquidar a Sociedade ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Os responsáveis pela governança da Sociedade são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações financeiras.

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras.

Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.
- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas, não, com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Sociedade.
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração.
- Concluimos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Sociedade. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Sociedade a não mais se manter em continuidade operacional.



- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras, inclusive as divulgações e se as demonstrações financeiras representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.

Comunicamo-nos com a administração e os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

São Paulo, 24 de abril de 2019

KPMG Auditores Independentes
CRC SP014428/O-6

Marcos Antonio Boscolo
Contador CRC 1SP198789/O-0

Sociedade Beneficente de Senhoras Hospital Sírio-Libanês

Balancos patrimoniais em 31 de dezembro de 2018 e de 2017

(Em milhares de Reais)

Ativo	Nota	2018	2017	Passivo	Nota	2018	2017
Circulante				Circulante			
Caixa e equivalentes de caixa	4	255.644	173.379	Fornecedores	7	160.467	155.897
Títulos e valores mobiliários	4	50.307	57.726	Obrigações trabalhistas	8	74.930	77.620
Contas a receber de pacientes e convênios	5	507.061	464.638	Empréstimos e financiamentos	9	92.082	72.937
Estoques		54.872	47.036	Outras contas a pagar	10	48.167	57.546
Outras contas a receber		40.111	43.032	Provisão para gastos com filantropia	17	24.311	-
		<u>907.995</u>	<u>785.811</u>			<u>399.957</u>	<u>364.000</u>
Não circulante				Não circulante			
Realizável a longo prazo				Empréstimos e financiamentos	9	455.052	390.191
Depósitos judiciais	11	68.187	65.338	Provisões para contingências	11	7.325	7.344
Outras contas a receber		304	381			<u>462.377</u>	<u>397.535</u>
Contas a receber - partes relacionadas	20	-	21.016				
		68.491	86.735	Patrimônio líquido	12		
Imobilizado	6	<u>1.576.464</u>	<u>1.451.876</u>	Patrimônio social		1.597.621	1.469.740
		1.644.955	1.538.611	Doações acumuladas		46.923	46.923
				Reserva de reavaliação		<u>46.072</u>	<u>46.224</u>
						<u>1.690.616</u>	<u>1.562.887</u>
Total do ativo		<u><u>2.552.950</u></u>	<u><u>2.324.422</u></u>	Total do passivo		<u><u>2.552.950</u></u>	<u><u>2.324.422</u></u>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Sociedade Beneficente de Senhoras Hospital Sírio-Libanês

Demonstrações de resultados

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2018 e de 2017

(Em milhares de Reais)

	Nota	2018	2017
Receitas operacionais	13	2.030.976	1.970.501
Custos e despesas operacionais			
Medicamentos, materiais e serviços médicos	14	(756.920)	(735.459)
Despesa com pessoal e encargos	15	(630.645)	(565.277)
Despesas administrativas e gerais	16	(313.821)	(354.379)
Depreciações e amortizações		(88.834)	(75.650)
Outras (despesas) receitas operacionais líquidas	17	<u>(84.953)</u>	<u>33.618</u>
		(1.875.173)	(1.697.147)
Superávit operacional antes do resultado financeiro		155.803	273.354
Receitas financeiras	18	27.164	40.658
Despesas financeiras	18	<u>(55.238)</u>	<u>(56.224)</u>
Despesas financeiras, líquidas	18	<u>(28.074)</u>	<u>(15.566)</u>
Superávit do exercício		<u>127.729</u>	<u>257.788</u>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Sociedade Beneficente de Senhoras Hospital Sírio-Libanês

Demonstrações de resultados abrangentes

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2018 e de 2017

(Em milhares de Reais)

	2018	2017
Superávit do exercício	<u>127.729</u>	<u>257.788</u>
Resultado abrangente total	<u><u>127.729</u></u>	<u><u>257.788</u></u>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Sociedade Beneficente de Senhoras Hospital Sírio-Libanês

Demonstrações das mutações do patrimônio líquido

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2018 e de 2017

(Em milhares de Reais)

	Patrimônio social	Doações acumuladas	Reserva de reavaliação	Superávit acumulado	Total
Saldos em 31 de dezembro de 2016	1.211.800	46.923	46.376	-	1.305.099
Realização da reserva de reavaliação	152	-	(152)	-	-
Superávit do exercício	-	-	-	257.788	257.788
Incorporação do superávit ao patrimônio social	<u>257.788</u>	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>(257.788)</u>	<u>-</u>
Saldos em 31 de dezembro de 2017	1.469.740	46.923	46.224	-	1.562.887
Realização da reserva de reavaliação	152	-	(152)	-	-
Superávit do exercício	-	-	-	127.729	127.728
Incorporação do superávit ao patrimônio social	<u>127.729</u>	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>(127.729)</u>	<u>-</u>
Saldos em 31 de dezembro de 2018	<u>1.597.621</u>	<u>46.923</u>	<u>46.072</u>	<u>-</u>	<u>1.690.615</u>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Sociedade Beneficente de Senhoras Hospital Sírio-Libanês

Demonstrações dos fluxos de caixa (método indireto)

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2018 e de 2017

(Em milhares de Reais)

	2018	2017
Fluxo de caixa da atividades operacionais		
Superavit do exercício	127.729	257.788
Ajuste por		
Depreciação e amortização	88.834	75.650
Provisão para perdas esperadas	1.877	(3.020)
Juros de empréstimos e financiamentos	34.959	32.883
Atualizações monetárias e variações cambiais, líquidas	7.939	8.924
Provisão para gastos com filantropia	24.311	(55.693)
Provisão de impairment	19.158	-
Resultado na venda de ativos imobilizados	642	882
(Redução) aumento em provisões de contingências	(19)	2.193
	<u>305.430</u>	<u>319.607</u>
Variações nos ativos e passivos		
(Aumento) redução dos ativos		
Titulos e valores mobiliários	7.419	3.976
Contas a receber de pacientes e convênios	(44.300)	(104.392)
Estoques	(7.836)	(14.425)
Outras contas a receber	3.729	(42.684)
Depósitos judiciais	(2.849)	(10.499)
Aumento (redução) dos passivos		
Fornecedores	(6.078)	33.466
Obrigações trabalhistas e tributárias	(2.690)	5.534
Outras contas a pagar	(9.379)	(6.432)
	<u>243.446</u>	<u>184.151</u>
Caixa gerado pelas atividades operacionais		
Fluxo de caixa das atividades de investimentos		
Aquisição de ativo imobilizado	(203.416)	(102.397)
	<u>(203.416)</u>	<u>(102.397)</u>
Caixa líquido utilizado nas atividades de investimentos		
Fluxo de caixa das atividades de financiamento		
Captação de empréstimos e financiamentos	150.000	-
Amortização do principal de empréstimos e financiamentos	(73.055)	(121.984)
Amortização dos juros de empréstimos e financiamentos	(34.710)	(32.712)
	<u>42.235</u>	<u>(154.696)</u>
Caixa líquido proveniente das (utilizado nas) atividades de financiamento		
Aumento (redução) de caixa e equivalentes de caixa	82.265	(72.942)
Demonstração da (redução) aumento do caixa e equivalentes de caixa		
No início do exercício	173.379	246.321
No fim do exercício	<u>255.644</u>	<u>173.379</u>
Aumento (redução) de caixa e equivalentes de caixa	82.265	(72.942)
Transações que não afetam caixa		
Adição ao imobilizado	10.648	3.787

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Notas explicativas às demonstrações financeiras

(Valores expressos em milhares de Reais)

1 Contexto operacional

A Sociedade Beneficente de Senhoras Hospital Sírio-Libanês (“Sociedade”), fundada em 1º de dezembro de 1921, é uma associação civil de direito privado de caráter beneficente, social e científico, sem finalidade de lucro, dotada de autonomia patrimonial, administrativa e financeira. A Sociedade tem por objeto a promoção de obras de assistência social e a prestação de serviços hospitalares.

- **Hospital:** Oferece assistência médica, que engloba todas as etapas do cuidado com a saúde. Atendimento médico de emergência, unidade de terapia intensiva, ampla medicina diagnóstica, internações terapêuticas de alta complexidade, reabilitação, núcleos, centros de especialidade, dentre outros serviços. Para garantir a excelência do cuidado com os pacientes, oferece programas integrados de ensino e pesquisa a fim de manter todos os profissionais de saúde com conhecimento atualizado. A prática assistencial está alinhada às principais tendências médicas na área da saúde. Com a organização de serviços especializados de Medicina Avançada, qualificamos o cuidado médico na instituição. A Medicina Avançada é estruturada por núcleos e centros de especialidades médicas com o envolvimento de profissionais interdisciplinares. O Hospital olha para o futuro desses centros e os vêem como uma fonte expressiva para a revelação e a retenção de novos talentos. Dessa forma, o conceito dos Núcleos e dos Centros de Medicina Avançada contribuiu significativamente para a qualidade do Corpo Clínico. Hoje, os médicos do Hospital estão reunidos em torno de seus Centros de Especialidades, com intercâmbio de experiências, o que possibilita mais informação e melhor atendimento.
- **Responsabilidade social:** A filantropia constitui o pilar social de nosso trabalho. É baseada em fazer mais para quem mais precisa e no protagonismo da nossa coletividade. Esse processo se dá por meio das políticas públicas de saúde voltadas aos cidadãos com acesso restrito a serviços de qualidade. A política que estabelecemos com nossos projetos filantrópicos visa a apoiar o Sistema Único de Saúde (SUS) no sentido de auxiliá-lo em seu desenvolvimento contínuo. Por esse motivo, nossas ações filantrópicas buscam compartilhar o conhecimento adquirido pela instituição para que as políticas coletivas de saúde e redes públicas de atenção médica tenham parâmetros mais eficazes e eficientes a fim de garantir a universalidade e integralidade da assistência aos cidadãos em geral. Diante disto, em 2018 desenvolvemos juntamente com o Ministério da Saúde, os Projetos filantrópicos abaixo:

Projetos filantrópicos

- Ambulatório de Especialidades em Pediatria Social
- Apoio as Ações Estratégicas do SUS
- Banco Público de Sangue de Cordão Umbilical - BSCUP-RH
- Bioengenharia para o Tratamento de Malformações Craniofaciais Congênitas
- Câncer de Mama
- Curso EAD para capacitação em sangue, tecidos e células para inspetores de vigilância sanitária

- Desenvolvimento da Gestão de Programas de Residência e da Preceptoría no SUS (DGPSUS)
- DigiSUS: Formação de Recursos Humanos para a Implantação da Estratégia de e-Saúde do Brasil. Escola de Transplantes da SBSHSL
- Gestão de Políticas de Saúde Informadas por Evidências - ESPIE
- IMPACTO MR: Risco - Avaliar os fatores de risco para aquisição de microrganismos em pacientes (MR): Impacto das infecções por microrganismos resistentes a antimicrobianos em pacientes internados em unidades de terapia intensiva adulto no Brasil - Plataforma de projetos de apoio ao plano de ação nacional de prevenção e controle da resistência aos antimicrobianos (Eixo IV)
- Integração e Ampliação da Telessaúde para o apoio à regulação na qualificação do encaminhamento ambulatorial
- Melhorando a Segurança do Paciente em Larga Escala no Brasil
- Produção e Uso de Plasma rico em plaquetas (PRP) para fins terapêuticos não transfusionais
- Projeto Assistencial Atendimento de Radioterapia
- Reconstrução mamária de pacientes após câncer de mama
- Rede Sentinelas em Ação
- Residências
- Capacitação para identificação e tratamento precoce da SEPSE nas unidades de pronto atendimento (UPAS) em pacientes adultos
- Terminologias de Medicamentos
- Melhores Práticas Médicas - Apoio à disseminação das Diretrizes Clínicas do Ministério da Saúde
- BNDES
Consultoria e Assessoria Técnica aos Tribunais de Justiça e Tribunais Regionais em todo o Brasil
- PRONON
Abiraterona em doses reduzidas no Tratamento do câncer de próstata metastático resistente à castração.

Instituto de Ensino e Pesquisa (IEP): O IEP possui uma estrutura avançada e diversificada para o suporte das atividades de ensino e pesquisa. O Centro de Treinamento é equipado com moderna infraestrutura para cursos e pesquisa tecnológica nas mais diversas especialidades. Conta com um anfiteatro, seis auditórios, uma sala de simulação, duas salas de reunião, uma estação de trabalho, uma sala de teleconferência, áreas para exposições e serviços de apoio especializados para o suporte as atividades.

Ampliar as fronteiras da pesquisa científica em saúde é um dos objetivos do IEP. Os avançados laboratórios de pesquisa estão preparados para o desenvolvimento de projetos científicos sobre os mais abrangentes e complexos temas. Todo o desenvolvimento científico segue diretrizes e normas de pesquisa em saúde regulamentadas pelo Conselho Nacional de Saúde (CNS).

Os cursos de educação continuada reúnem o que existe de mais avançado no cuidado médico, com abordagens educacionais inovadoras para a educação permanente de profissionais da saúde.

2 Base de preparação

a. Declaração de conformidade

As demonstrações financeiras foram elaboradas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil.

A emissão das demonstrações financeiras foi aprovada pela Administração da Sociedade em [-] de abril de 2019.

As mudanças introduzidas pela adoção as novas normas contábeis CPC48/IFRS 9 Instrumentos financeiros e CPC 47/IFRS 15 Receita de contrato com clientes não afetaram significativamente as políticas contábeis e suas aplicações a partir de 1º de janeiro de 2018 não causaram efeito nos saldos contábeis correntes e comparativos. O detalhamento está apresentado na nota explicativa nº 2f.

b. Base de mensuração

As demonstrações financeiras foram preparadas com base no custo histórico, com exceção dos instrumentos financeiros não derivativos mensurados e atualizados pelo valor justo por meio do resultado.

c. Moeda funcional e moeda de apresentação

Essas demonstrações financeiras são apresentadas em Real, que é a moeda funcional da Sociedade. Todas as informações financeiras são apresentadas em Real e foram arredondadas para milhar mais próximo, exceto quando indicado de outra forma.

d. Uso de estimativas e julgamentos

Na preparação destas demonstrações financeiras, a Administração utilizou julgamentos, estimativas e premissas que afetam a aplicação das políticas contábeis da Sociedade e os valores reportados dos ativos, passivos, receitas e despesas. Os resultados reais podem divergir dessas estimativas.

As estimativas e premissas são revisadas de forma contínua. As revisões das estimativas são reconhecidas prospectivamente.

e. Incertezas sobre premissas e estimativas

As informações sobre as incertezas relacionadas a premissas e estimativas que possuem um risco significativo de resultar em um ajuste material no exercício a findar-se em 31 de dezembro de 2019 estão incluídas nas seguintes notas explicativas:

- **Nota explicativa 5** - provisão para devedores duvidosos;
- **Nota explicativa 6** - valor residual do ativo imobilizado; e
- **Nota explicativa 11** - provisão para contingência.

Mensuração do valor justo

Uma série de políticas e divulgações contábeis da Sociedade requerem a mensuração dos valores justos, para os ativos e passivos financeiros e não financeiros.

Questões significativas de avaliação são reportadas para a Administração da Sociedade.

Ao mensurar o valor justo de um ativo ou um passivo, a Sociedade usa dados observáveis de mercado, tanto quanto possível. Os valores justos são classificados em diferentes níveis em uma hierarquia baseada nas informações (inputs) utilizadas nas técnicas de avaliação da seguinte forma:

- **Nível 1:** preços cotados (não ajustados) em mercados ativos para ativos e passivos idênticos.
- **Nível 2:** inputs, exceto os preços cotados incluídos no Nível 1, que são observáveis para o ativo ou passivo, diretamente (preços) ou indiretamente (derivado de preços).
- **Nível 3:** inputs, para o ativo ou passivo, que não são baseados em dados observáveis de mercado (inputs não observáveis).

Informações adicionais sobre as premissas utilizadas na mensuração dos valores justos estão incluídas nas seguintes notas explicativas:

- **Notas explicativa 19** - instrumentos financeiros.

f. Mudanças nas principais políticas contábeis

A Sociedade aplicou inicialmente o CPC47 / IFRS15 - receita de contrato com cliente e o CPC 48 / IFRS 9 - instrumentos financeiros a partir de 1º de janeiro de 2018. Uma série de outras novas normas também entraram em vigor a partir de 1º de janeiro de 2018, mas não afetaram materialmente as demonstrações financeiras da Sociedade.

Devido aos métodos de transição escolhidos pela Sociedade na aplicação dessas normas, as informações comparativas dessas demonstrações financeiras não foram rerepresentadas para refletir os requerimentos das novas normas:

(i) CPC 47/IFRS 15 Receita de contrato com cliente

O CPC 47/IFRS 15 estabelece uma estrutura abrangente para determinar se e quando e como uma receita é reconhecida. Ele substituiu o CPC 30/IAS 18 - Receitas, o CPC 17/IAS 11 - Contratos de Construção e interpretações relacionadas. De acordo com o CPC 47/IFRS 15, a receita é reconhecida quando o cliente obtém o controle dos bens ou serviços. Determinar o momento da transferência de controle - em um momento específico no tempo ou ao longo do tempo - requer julgamento.

A Sociedade adotou o CPC 47/IFRS 15 usando o método de efeito cumulativo (sem expedientes práticos), com o efeito de aplicação inicial da norma em 1º de janeiro de 2018.

Consequentemente, a informação apresentada para 2017 não foi reapresentada - isto é, está apresentada, conforme reportado anteriormente, sob o CPC 30/IAS 18, o CPC 17/IAS 11 e interpretações relacionadas.

As receitas são registradas no mês em que os serviços são prestados líquido da expectativa de abatimentos, glosas e descontos comerciais e quando (i) os riscos e benefícios mais significativos inerentes aos serviços prestados forem transferidos para o cliente, (ii) for provável que os benefícios econômicos financeiros fluirão para a Sociedade, (iii) o valor da receita operacional possa ser mensurado de maneira confiável.

Em relação a CPC 47/IFRS 15 não houve impacto material no balanço patrimonial, na demonstração de resultado e na demonstração dos fluxos de caixa da Sociedade para o exercício findo a 31 de dezembro de 2018 pois as operações e, principalmente, a forma de reconhecimento de receita da Sociedade já estarem em consonância com o requerido pela nova norma.

Informações adicionais sobre as políticas contábeis da Sociedade relacionadas ao reconhecimento da receita, estão descritas na nota explicativa nº 13.

(ii) CPC 48/IFRS 9 Instrumentos financeiros

O CPC 48/IFRS 9 estabelece requerimentos para reconhecer e mensurar ativos financeiros, passivos financeiros e alguns contratos de compra ou venda de itens não financeiros. Esta norma substituiu o CPC 38/IAS 39 Instrumentos Financeiros: Reconhecimento e Mensuração.

O CPC 48 / IFRS 9 traz uma nova abordagem na classificação e mensuração de ativos financeiros, a qual considera tanto o modelo de negócios em que os ativos são administrados e suas características de fluxo de caixa.

A norma classificou os ativos financeiros nas seguintes categorias: (i) ativos financeiros mensurados pelo custo amortizado (CA); (ii) ativos financeiros mensurados ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes (VJORA); e (iii) ativos financeiros mensurados ao valor justo por meio do resultado (VJR). A norma eliminou as categorias propostas pelo IAS 39 (CPC 38) de ativos mantidos até o vencimento, empréstimos e recebíveis e disponíveis para venda.

Classificação e mensuração de ativos e passivos financeiros

O CPC 48/IFRS 9 retém em grande parte os requerimentos existentes no CPC 38/IAS 39 para a classificação e mensuração de passivos financeiros.

A adoção da IFRS 9 não teve um efeito significativo nas políticas contábeis da Sociedade relacionadas a ativos passivos financeiros. Para uma explicação de como a Sociedade classifica e mensura os instrumentos financeiros e contabiliza os ganhos e perdas relacionados conforme o CPC 48/IFRS 9 veja nota explicativa nº 3m.

A tabela a seguir explica as categorias de mensuração originais no CPC 38/IAS 39 e as novas categorias de mensuração do CPC 48/IFRS 9 para cada classe de ativos e passivos financeiros da Sociedade em 1º de janeiro de 2018.

Abaixo são demonstrados o resumo da nova classificação:

Ativo financeiro	Classificação anterior	Classificação IFRS 9
Caixa e equivalente de caixa	Empréstimos e recebíveis	Valor justo por meio do resultado
Títulos e valores mobiliários	Valor justo por meio do resultado	Valor justo por meio do resultado
Contas a receber de pacientes e convênios	Empréstimos e recebíveis	Custo amortizado
Outras contas a receber	Empréstimos e recebíveis	Custo amortizado
Fornecedores	Custo amortizado	Outros passivos financeiros
Empréstimos e financiamentos	Custo amortizado	Outros passivos financeiros

Para maiores detalhes dos instrumentos financeiros da Sociedade, vide nota explicativa nº 19.

3 Principais práticas contábeis

As políticas contábeis descritas em detalhes abaixo têm sido aplicadas de maneira consistente pela Sociedade em todos os exercícios apresentados nestas demonstrações financeiras.

a. Moeda estrangeira

Transações em moeda estrangeira são convertidas para moeda funcional da Sociedade pelas taxas de câmbio nas datas das transações. Passivos monetários denominados e apurados em moedas estrangeiras na data de apresentação são reconvertidos para a moeda funcional à taxa de câmbio apurada naquela data. O ganho ou a perda cambial em itens monetários é a diferença entre o custo amortizado da moeda funcional no começo do período, ajustado por juros e pagamentos efetivos durante o período, e o custo amortizado em moeda estrangeira à taxa de câmbio no final do período de apresentação.

b. Caixa e equivalentes de caixa

Inclui caixa, saldos positivos em conta movimento, aplicações financeiras resgatáveis no prazo de até 90 dias das datas das transações e com risco insignificante de mudança de seu valor de mercado. As aplicações financeiras incluídas nos equivalentes de caixa são demonstradas ao custo, acrescido dos rendimentos auferidos até a data do balanço.

Os recursos financeiros que não possuem a característica de caixa e equivalentes de caixa são apresentados na rubrica de títulos e valores mobiliários.

c. Contas a receber de pacientes e convênios

As contas a receber de pacientes e convênios são registradas pelo valor faturado. Valores a faturar referem-se a serviços já prestados junto a operadoras de serviços, amparados por relação contratual, que aguardam cronograma de emissão de fatura e envio.

A provisão para devedores duvidosos foi constituída em montante considerado suficiente pela Administração para suprir as eventuais perdas na realização dos créditos.

d. Estoques

Os estoques estão relacionados, principalmente, a materiais hospitalares, medicamentos e materiais de consumo para serem utilizados junto aos pacientes atendidos no hospital. O custo dos estoques é baseado no princípio do custo médio, sendo avaliado com base no custo histórico de aquisição e acrescido de gastos relativos a transportes, armazenagem e impostos não recuperáveis. Os valores de estoques contabilizados não excedem os valores de mercado. A Sociedade realiza controle rotineiro da validade dos medicamentos excluindo e baixando-os do estoque.

e. Imobilizado

Reconhecimento e mensuração

Itens do imobilizado são mensurados pelo custo histórico de aquisição ou construção, deduzido de depreciação acumulada e perda de redução ao valor recuperável acumulada, quando necessárias.

O custo inclui gastos que são diretamente atribuíveis à aquisição de um ativo. O custo de ativos construídos pela própria Sociedade inclui o custo de materiais e mão de obra direta e quaisquer outros custos para colocar o ativo no local e em condição necessárias para que esses sejam capazes de operar da forma pretendida pela Administração.

Um item de imobilizado é baixado quando vendido ou quando nenhum benefício econômico futuro for esperado do seu uso ou venda. Eventual ganho ou perda resultante da baixa do ativo (calculado como sendo a diferença entre o valor líquido da venda e o valor contábil do ativo) são incluídos na demonstração do resultado no exercício em que o ativo for baixado.

Custos subsequentes

Itens do custo de reposição de um componente do imobilizado são reconhecidos no valor contábil do item caso seja provável que os benefícios econômicos incorporados dentro do componente irão fluir para a Sociedade e que o seu custo pode ser medido de forma confiável. Os custos de manutenção no dia a dia do imobilizado são reconhecidos no resultado conforme incorridos.

Depreciação

A depreciação é calculada pelo método linear sobre o valor depreciável, que é o custo de um ativo, deduzido do valor residual, ao longo de sua vida útil estimada.

A depreciação é reconhecida no resultado baseando-se no método linear com relação às vidas úteis estimadas de cada parte de um item do imobilizado.

A vida útil estimada para o exercício corrente e comparativas são as seguintes:

Edificações	25 a 50
Instalações	20
Equipamentos hospitalares	10 a 26
Móveis e utensílios	7 a 15
Hardware	10
Software	5
Veículos	7
Benfeitorias em imóveis de terceiros	10

Os métodos de depreciação, as vidas úteis e os valores residuais serão revistos a cada encerramento de exercício financeiro e eventuais ajustes serão reconhecidos como mudança de estimativas contábeis.

Não houve evidências sobre a necessidade de alteração da expectativa de vida útil econômica dos ativos da Entidade em relação ao ano anterior.

f. Redução ao valor recuperável

Um ativo financeiro não mensurado pelo valor justo por meio do resultado é avaliado a cada data de apresentação para apurar se há evidência objetiva de que tenha ocorrido perda no seu valor recuperável. Um ativo tem perda no seu valor recuperável se uma evidência objetiva indica que um evento de perda ocorreu após o reconhecimento inicial do ativo, e que aquele evento de perda teve um efeito negativo nos fluxos de caixa futuros projetados que podem ser estimados de uma maneira confiável.

Os ativos não financeiros têm o seu valor recuperável testado, no mínimo, anualmente.

A Administração da Sociedade efetuou os testes para os saldos dos ativos não financeiros em 31 de dezembro de 2018 e nenhum indicativo de impairment foi encontrado.

g. Obrigações trabalhistas

Contempla as provisões trabalhistas decorrentes de férias e encargos que é constituída com base na remuneração de cada funcionário e no período aquisitivo incorrido até a data do balanço.

h. Outros ativos e passivos circulantes e não circulantes

Os ativos circulantes e não circulantes são apresentados pelo seu custo de aquisição ou de realização, incluindo, quando aplicável, os rendimentos auferidos até a data do balanço.

Os passivos circulantes e não circulantes são demonstrados por valores conhecidos ou calculáveis acrescidos, quando aplicável, dos correspondentes encargos incorridos até a data do balanço.

i. Provisões para riscos tributários, cíveis e trabalhistas

A Sociedade é parte de diversos processos judiciais e administrativos. Provisões são constituídas para todas as contingências referentes a processos judiciais para os quais é provável que uma saída de recursos seja feita para liquidar a contingência/obrigação e uma estimativa razoável possa ser feita. A avaliação da probabilidade de perda inclui a avaliação das evidências disponíveis, a hierarquia das leis, as jurisprudências disponíveis, as decisões mais recentes nos tribunais e sua relevância no ordenamento jurídico, bem como a avaliação dos advogados externos. As provisões são revisadas e ajustadas para levar em conta alterações nas circunstâncias, tais como prazo de prescrição aplicável, conclusões de inspeções fiscais ou exposições adicionais identificadas com base em novos assuntos ou decisões de tribunais.

j. Ajuste a valor presente de ativos e passivos

A Sociedade não pratica transações significativas de compras e vendas de longo prazo. Dessa forma foi julgado pela Administração da Sociedade não ser necessário aplicar ajuste a valor presentes nas transações comerciais.

k. Apuração do resultado

As receitas, os custos e as despesas das operações são reconhecidos em conformidade com o regime contábil de competência.

As receitas são reconhecidas de acordo com a prestação de serviços hospitalares, quando seu valor pode ser mensurado de forma confiável, líquidas de descontos, créditos, abatimentos e possíveis glosas estimadas. Uma receita não é reconhecida se há incerteza significativa da sua realização.

Receitas com trabalhos voluntários

As receitas com trabalhos voluntários são mensuradas ao seu valor justo levando-se em consideração os montantes que a Sociedade haveria de pagar caso contratasse estes serviços em mercado similar. Em 31 de dezembro de 2018 e 2017 a Sociedade registrou receitas e despesas relacionadas aos trabalhos voluntários nas demonstrações financeiras, vide nota explicativa nº 17.

l. Instrumentos financeiros

Reconhecimento e mensuração inicial

O contas a receber de clientes são reconhecidos inicialmente na data em que foram originados. Todos os outros ativos e passivos financeiros são reconhecidos inicialmente quando a Sociedade se tornar parte das disposições contratuais do instrumento.

Um ativo financeiro (a menos que seja um contas a receber de clientes sem um componente de financiamento significativo) ou passivo financeiro é inicialmente mensurado ao valor justo, acrescido, para um item não mensurado ao VJR, os custos de transação que são diretamente atribuíveis à sua aquisição ou emissão. Um contas a receber de clientes sem um componente significativo de financiamento é mensurado inicialmente ao preço da operação.

(i) Classificação e mensuração subsequente

Ativos Financeiros - Política aplicável a partir de 1º de janeiro de 2018

No reconhecimento inicial, um ativo financeiro é classificado como mensurado: ao custo amortizado; ao VJORA - instrumento de dívida; ao VJORA -instrumento patrimonial; ou ao VJR. No exercício de 2018 a Sociedade não possuía nenhum instrumentos financeiro classificado como VJORA - instrumento de dívida ou VJORA - instrumento patrimonial.

Os ativos financeiros não são reclassificados subsequentemente ao reconhecimento inicial, a não ser que a Sociedade mude o modelo de negócios para a gestão de ativos financeiros, e neste caso todos os ativos financeiros afetados são reclassificados no primeiro dia do período de apresentação posterior à mudança no modelo de negócios.

Um ativo financeiro é mensurado ao custo amortizado se atender ambas as condições a seguir e não for designado como mensurado ao VJR:

- é mantido dentro de um modelo de negócios cujo objetivo seja manter ativos financeiros para receber fluxos de caixa contratuais; e

- seus termos contratuais geram, em datas específicas, fluxos de caixa que são relativos somente ao pagamento de principal e juros sobre o valor principal em aberto.

Todos os ativos financeiros não classificados como mensurados ao custo amortizado conforme descrito acima, são classificados como ao VJR.

Ativos financeiros - Mensuração subsequente e ganhos e perdas

Política aplicável a partir de 1º de janeiro de 2018

- **Ativos financeiros a VJR** - Mensurados ao valor justo e as variações no valor justo, incluindo juros, foram reconhecidas no resultado.
- **Ativos financeiros mantidos até o vencimento** - Mensurados ao custo amortizado utilizando o método de juros efetivos. O custo amortizado é reduzido por perdas por impairment. A receita de juros, ganhos e perdas cambiais e impairment são reconhecidos no resultado. Qualquer ganho ou perda no desreconhecimento é reconhecido no resultado.
- **Instrumentos de dívida a VJORA** - Esses ativos são mensurados subsequentemente ao valor justo. A receita de juros calculada utilizando o método de juros efetivos, ganhos e perdas cambiais e impairment são reconhecidos no resultado. Outros resultados líquidos são reconhecidos em ORA. No desreconhecimento, o resultado acumulado em ORA é classificado no resultado.
- **Instrumentos patrimoniais a VJORA** - Esses ativos são mensurados subsequentemente ao valor justo. Outros resultados líquidos são reconhecidos em JORA e nunca são reclassificados para o resultado.

Ativos financeiros - Política aplicável antes de 1º de janeiro 2018

A Sociedade classificou os ativos financeiros nas seguintes categorias:

- empréstimos e recebíveis;
- Ativos financeiros mantidos até o vencimento;
- ativos financeiros disponíveis para venda; e
- ativos financeiros mensurados pelo valor justo por meio do resultado.

Ativos financeiros - Mensuração subsequente e ganhos e perdas - Política aplicável antes de 1º de janeiro de 2018.

- ativos financeiros a VJR: Mensurados ao valor justo e as variações no valor justo, incluindo juros ou receita, foram reconhecidos no resultado.
- Empréstimos e recebíveis: Mensurados ao custo amortizado utilizando o método de juros efetivos.
- ativos financeiros mantidos até o vencimento: Mensurados ao custo amortizado utilizando o método de juros efetivos.

Passivos financeiros - classificação, mensuração subsequente e ganhos e perdas

Os passivos financeiros foram classificados como mensurados ao custo amortizado ou ao VJR. Um passivo financeiro é classificado como mensurado ao valor justo por meio do resultado caso for classificado como mantido para negociação. Passivos financeiros mensurados ao VJR são mensurados ao valor justo e o resultado líquido, incluindo juros, é reconhecido no resultado. Outros passivos financeiros são subsequentemente mensurados pelo custo amortizado utilizando o método de juros efetivos. A despesa de juros, ganhos e perdas cambiais são reconhecidos no resultado. Qualquer ganho ou perda no desreconhecimento também é reconhecido no resultado.

(ii) Desreconhecimento

A Sociedade desreconhece um ativo financeiro quando os direitos contratuais aos fluxos de caixa do ativo expiram, ou quando a Sociedade transfere os direitos contratuais de recebimento aos fluxos de caixa contratuais sobre um ativo financeiro em uma transação na qual substancialmente todos os riscos e benefícios da titularidade do ativo financeiro são transferidos ou na qual a Sociedade nem transfere nem mantém substancialmente todos os riscos e benefícios da titularidade do ativo financeiro e também não retém o controle sobre o ativo financeiro.

A Sociedade desreconhece um passivo financeiro quando sua obrigação contratual é retirada, cancelada ou expira. A Sociedade também desreconhece um passivo financeiro quando os termos são modificados e os fluxos de caixa do passivo modificado são substancialmente diferentes, caso em que um novo passivo financeiro baseado nos termos modificados é reconhecido a valor justo.

No desreconhecimento de um passivo financeiro, a diferença entre o valor contábil extinto e a contraprestação paga (incluindo ativos transferidos que não transitam pelo caixa ou passivos assumidos) é reconhecida no resultado.

(iii) Compensação

Os ativos ou passivos financeiros são compensados e o valor líquido apresentado no balanço patrimonial quando, e somente quando, a Sociedade tenha atualmente um direito legalmente executável de compensar os valores e tenha a intenção de liquidá-los em uma base líquida ou de realizar o ativo e liquidar o passivo simultaneamente.

m. Novas normas e interpretações ainda não efetivas

Uma nova norma será efetiva para o exercício iniciado após 1º de janeiro de 2019. Entre as normas que ainda não estão em vigor, espera-se que o CPC 06 (R2)/IFRS 16 tenha um impacto material nas demonstrações financeiras da Sociedade no período de aplicação inicial.

IFRS 16 Leases - “Arrendamento Mercantil”

A IFRS 16 introduz um modelo único de contabilização de arrendamentos no balanço patrimonial para arrendatários. Um arrendatário reconhece um ativo de direito de uso que representa o seu direito de utilizar o ativo arrendado e um passivo de arrendamento que representa a sua obrigação de efetuar pagamentos do arrendamento. Isenções opcionais estão disponíveis para arrendamentos de curto prazo e itens de baixo valor. A contabilidade do arrendador permanece semelhante à norma atual, isto é, os arrendadores continuam a classificar os arrendamentos em financeiros ou operacionais.

A IFRS 16 substitui as normas de arrendamento existentes, incluindo o CPC 06 (IAS 17) Operações de Arrendamento Mercantil e o ICPC 03 (IFRIC 4, SIC 15 e SIC 27) Aspectos Complementares das Operações de Arrendamento Mercantil.

A Sociedade reconhecerá novos ativos e passivos para seus arrendamentos operacionais dos aluguéis de imóveis. A Sociedade anteriormente reconhecia uma despesa linear de arrendamento operacional durante o prazo do arrendamento, e reconhecia ativos e passivos na medida em que havia uma diferença temporal entre os pagamentos efetivos de arrendamentos e as despesas reconhecidas.

A Sociedade está alterando seus controles e sistemas para capturar todos os contratos, processar o cálculo, revisar e aprovar os valores que serão contabilizados e estima, com base nas informações atualmente disponíveis, que haverá impacto de cerca de R\$ 170 milhões a ser reconhecido como ativo de direito de uso e passivo de obrigação na data da aplicação da nova norma em 1º de Janeiro de 2019. A Sociedade espera que a adoção do CPC 06 (R2) / IFRS 16 não afete sua capacidade de cumprir com os acordos contratuais (covenants) de limite máximo de alavancagem em empréstimos descritos na nota explicativa nº 9.

Transição

A Sociedade pretende aplicar o CPC 06 (R2) / IFRS 16 inicialmente em 1º de janeiro de 2019, utilizando a abordagem retrospectiva modificada. Portanto, o efeito cumulativo da adoção do CPC 06 (R2) / IFRS 16 será reconhecido como um ajuste no saldo de abertura dos superávits acumulados em 1º de janeiro de 2019, sem atualização das informações comparativas.

A Sociedade planeja aplicar o expediente prático com relação à definição de contrato de arrendamento na transição. Isso significa que aplicará o CPC 06 (R2) / IFRS 16 a todos os contratos celebrados antes de 1º de janeiro de 2019 que eram identificados como arrendamentos de acordo com o CPC 06 (R1) / IAS 17 e a ICPC 03 / IFRIC 4.

4 Caixa, equivalentes de caixa e títulos e valores mobiliários

	2018	2017
Caixa e equivalentes de caixa		
Caixa e bancos	9.013	10.120
Aplicações financeiras	246.631	163.259
	<u>255.644</u>	<u>173.379</u>
Títulos e valores mobiliários		
Circulante	<u>50.307</u>	<u>57.726</u>

As aplicações financeiras e os títulos e valores mobiliários referem-se a Certificados de Depósitos Bancários (CDBs) e Fundos de Investimentos. As remunerações das aplicações financeiras rendem juros em média de 100,5% do CDI (101,2% em 2017). Em 2018 o rendimento das aplicações financeiras geraram receita financeira no montante de R\$ 19.135 (R\$ 26.242 em 2017).

Os títulos e valores mobiliários, mantidos no ativo circulante, em 2018 e 2017, referem-se a recursos em garantia requeridos nos contratos de empréstimos e financiamentos.

5 Contas a receber de pacientes e convênios

	2018	2017
Convênios e seguradoras	310.932	307.990
Cobrança judicial	100.984	94.860
Pacientes particulares	95.713	80.712
Cartão de crédito	19.619	16.886
Cheques a descontar	5.841	7.017
Cursos	2.594	1.357
Valores a faturar	<u>97.092</u>	<u>79.653</u>
	632.775	588.475
Provisão para perda de crédito esperada	<u>(125.714)</u>	<u>(123.837)</u>
	<u><u>507.061</u></u>	<u><u>464.638</u></u>

As contas a receber por vencimento apresentam-se da seguinte maneira:

	2018	2017
A vencer	317.186	313.875
Vencidos até 30 dias	49.601	41.731
Vencidos entre 31 e 180 dias	77.620	77.441
Vencidos entre 181 e 360 dias	61.593	57.267
Vencidos há mais de 360 dias	<u>126.775</u>	<u>98.161</u>
	<u><u>632.775</u></u>	<u><u>588.475</u></u>

A provisão para perda esperada constituída para cobrir eventuais perdas de contas a receber apresentaram a seguinte movimentação:

Saldo em 31/12/2016	126.857
(+) Novas constituições	39.964
(-) Reversão de provisão	<u>(42.984)</u>
Saldo em 31/12/2017	<u><u>123.837</u></u>
(+) Novas constituições	29.436
(-) Reversão de provisão	<u>(27.559)</u>
Saldo em 31/12/2018	<u><u>125.714</u></u>

6 Imobilizado

As movimentações do custo e da depreciação do imobilizado nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2018 e 2017 estão demonstradas nos quadros abaixo:

	Saldo em 31/12/2017	Adições	Baixas	Transferência	Saldo em 31/12/2018
Custo					
Edificações	1.259.775	168	(2.045)	24.039	1.281.937
Maquinas e equipamentos	379.486	20.658	(2.363)	28.688	426.469
Terrenos	70.895	-	-	-	70.895
Móveis e utensílios	55.241	3.101	(756)	(2.279)	55.307
Hardware e software	93.243	12.920	(459)	3.643	109.347
Veículos	150	-	-	-	150
Patentes	1.500	-	-	-	1.500
Benfeitorias em imóveis de terceiros (a)	46.456	103	-	199	46.758
Imobilizado em andamento (b)	57.846	177.114	2.045	(54.290)	182.715
Total custo	<u>1.964.592</u>	<u>214.064</u>	<u>(3.578)</u>	<u>-</u>	<u>2.175.078</u>
Depreciação					
Edificações	(103.208)	(10.116)	-	-	(113.324)
Máquinas e equipamentos	(144.510)	(27.298)	1.905	(3.269)	(173.172)
Móveis e utensílios	(31.957)	(3.566)	603	3.269	(31.651)
Veículos	(124)	(4)	-	-	(128)
Hardware e software	(54.637)	(12.908)	420	-	(67.125)
Instalações	(154.516)	(30.028)	8	-	(184.536)
Benfeitorias em imóvel de terceiros	(23.764)	(4.914)	-	-	(28.678)
Total depreciação	<u>(512.716)</u>	<u>(88.834)</u>	<u>2.936</u>	<u>-</u>	<u>(598.614)</u>
Saldo líquido	<u>1.451.876</u>	<u>125.230</u>	<u>(642)</u>	<u>-</u>	<u>1.576.464</u>
	Saldo em 31/12/2016	Adições	Baixas	Transferência	Saldo em 31/12/2017
Custo					
Edificações	1.235.550	136	-	24.089	1.259.775
Maquinas e equipamentos	352.064	19.294	(1.962)	10.090	379.486
Terrenos	70.895	-	-	-	70.895
Móveis e utensílios	50.036	5.250	(230)	185	55.241
Hardware e software	82.089	10.364	(590)	1.380	93.243
Veículos	150	-	-	-	150
Patentes	1.500	-	-	-	1.500
Benfeitorias em imóveis de terceiros (a)	45.674	345	-	437	46.456
Imobilizado em andamento (b)	23.233	70.795	-	(36.182)	57.846
Total custo	<u>1.861.191</u>	<u>106.184</u>	<u>(2.782)</u>	<u>-</u>	<u>1.964.592</u>
Depreciação					
Edificações	(94.383)	(8.825)	-	-	(103.208)
Máquinas e equipamentos	(121.804)	(23.912)	1.206	-	(144.510)
Móveis e utensílios	(28.946)	(3.178)	167	-	(31.957)
Veículos	(120)	(4)	-	-	(124)
Hardware e software	(46.642)	(8.522)	527	-	(54.637)
Instalações	(128.156)	(26.360)	-	-	(154.516)
Benfeitorias em imóvel de terceiros	(18.916)	(4.848)	-	-	(23.764)
Total depreciação	<u>(438.967)</u>	<u>(75.650)</u>	<u>1.900</u>	<u>-</u>	<u>(512.716)</u>
Saldo líquido	<u>1.422.224</u>	<u>30.535</u>	<u>(882)</u>	<u>-</u>	<u>1.451.876</u>

a. Benfeitorias em imóveis de terceiros

Com a abertura de novas filiais, foram necessários investimentos em instalações em bens de terceiros para a devida adequação no atendimento de diagnóstico e procedimento hospitalar. Estas benfeitorias foram aplicadas nos imóveis das Unidades Itaim, Jardins, Brasília I, Brasília II e Brasília III. As benfeitorias relacionadas a estes imóveis são depreciadas de acordo com o tempo de contrato de aluguel a partir da data de início das atividades.

b. Imobilizado em andamento

Refere-se substancialmente ao e ao projeto de construção do Hospital Sírio Libanês Brasília, iniciado em 2018, no montante acumulado de R\$ 102.461 (R\$ 0 em 2017), com encerramento das obras em fevereiro de 2019, vide nota explicativa nº 24.

Arrendamento mercantil

Os imóveis para as estruturas das filiais Brasília I, Brasília II, Brasília III, Hospital Brasília, Creche e ambulatório para filantropia, Jardins e Itaim foram locados e classificados como arrendamento mercantil operacional. Os arrendamentos operacionais serão pagos da seguinte forma:

	2018	2017
Menos de um ano	25.627	11.249
Entre um e cinco anos	102.417	70.388
Entre 6 a 10 anos	63.616	28.155
Total	191.660	109.792

7 Fornecedores

	2018	2017
Fornecedores nacionais	150.181	142.751
Fornecedores internacionais	10.286	13.146
	160.467	155.897

Referem-se às obrigações correntes com fornecedores, principalmente de serviços e de materiais hospitalares.

Os fornecedores por vencimento apresentam-se da seguinte maneira:

	2018	2017
A vencer até 30 dias	91.795	97.754
A vencer de 31 a 180 dias	68.672	58.143
	160.467	155.897

8 Obrigações trabalhistas

	2018	2017
Provisão de férias	56.215	49.937
Contribuições e encargos	18.715	18.624
Verbas complementares	-	9.059
	74.930	77.620

9 Empréstimos e financiamentos

Os empréstimos e financiamentos decorrem basicamente da utilização para aquisição de bens do ativo imobilizado, conforme demonstramos a seguir:

	Taxa a.a.	Finalidade	2018	2017
Moeda nacional				
Brasil	5,50%	Aquisição de bens	35.595	69.057
BNDES	TJLP + 5,50%	Expansão e modernização	35.593	-
CRI Safra	CDI 98,5%	Obras	18.277	-
Bradesco	TJLP + 2,80%	Capital de Giro	-	2.467
Juros s/ Financiamento			2.617	1.413
Passivo circulante			92.082	72.937
	Taxa a.a.	Finalidade	2018	2017
Moeda nacional				
Banco do Brasil	TJLP + 5,50%	Expansão e modernização	162.670	195.127
BNDES	TJLP + 5,50%	Expansão e modernização	162.672	195.064
CRI Safra	CDI 98,5%	Obras	129.710	-
Passivo não circulante			455.052	390.191
Total de empréstimos e financiamentos			547.134	463.128

A conciliação da movimentação patrimonial dos passivos financeiros com os fluxos de caixa da atividade de financiamento nas demonstrações dos fluxos de caixa estão a seguir demonstradas:

	<u>Principal</u>		<u>Juros</u>		Variação cambial e atualização monetária	Transferência	Saldo em 31/12/2018	
	Saldo em 31/12/2017	Adição	Pagamento	Provisão				Pagamento
<i>Circulante</i>								
Em moeda nacional	72.937	-	(73.055)	29.493	(28.759)	6.812	64.804	72.232
Em moeda estrangeira	-	-	-	-	-	-	-	-
	<u>72.937</u>	<u>-</u>	<u>(73.055)</u>	<u>29.493</u>	<u>(28.759)</u>	<u>6.812</u>	<u>64.804</u>	<u>73.232</u>
<i>Não Circulante</i>								
Em moeda nacional	390.191	150.000	-	5.466	(5.951)	-	(64.804)	474.902
Em moeda estrangeira	-	-	-	-	-	-	-	-
	<u>390.191</u>	<u>150.000</u>	<u>-</u>	<u>5.466</u>	<u>(5.951)</u>	<u>-</u>	<u>(64.804)</u>	<u>474.902</u>
Total	<u>463.128</u>	<u>150.000</u>	<u>(73.055)</u>	<u>34.959</u>	<u>(34.710)</u>	<u>6.812</u>	<u>-</u>	<u>547.134</u>

*Sociedade Beneficente de Senhoras
Hospital Sírio-Libanês
Demonstrações financeiras em
31 de dezembro de 2018 e 2017*

	Saldo em 31/12/2016	Principal		Juros		Variação cambial e atualização monetária	Transferência	Saldo em 31/12/2017
		Adição	Pagamento	Provisão	Pagamento			
<i>Circulante</i>								
Em moeda nacional	57.772	-	(59.070)	34.367	(34.506)	10.379	63.995	72.937
Em moeda estrangeira	23.037	-	(62.914)	1.925	(3.122)	(785)	41.859	-
	<u>80.809</u>	<u>-</u>	<u>(121.984)</u>	<u>36.292</u>	<u>(37.628)</u>	<u>9.594</u>	<u>105.854</u>	<u>72.937</u>
<i>Não Circulante</i>								
Em moeda nacional	451.927	-	-	-	-	2.259	(63.995)	390.191
Em moeda estrangeira	43.281	-	-	-	-	(1.422)	(41.859)	-
	<u>495.208</u>	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>837</u>	<u>(105.854)</u>	<u>390.191</u>
	<u>576.017</u>	<u>-</u>	<u>(121.984)</u>	<u>36.292</u>	<u>(37.628)</u>	<u>10.431</u>	<u>-</u>	<u>463.128</u>

O saldo dos empréstimos e financiamentos classificados como passivo não circulante tem o seguinte prazo de vencimento:

Longo prazo vencível em	31/12/2018
2020	109.576
2021	108.946
2022	107.860
2023	61.031
2024	24.596
2025	24.596
2026	18.447
	455.052
	455.052

Garantias

Como garantia de parte dos empréstimos e financiamentos, foram dados contas a receber e equipamentos no montante de R\$ 50.578.

Cláusulas contratuais “indicadores financeiros”

Determinados compromissos preveem o cumprimento de indicadores econômico-financeiros, os quais incluem: liquidez corrente, dívida líquida sobre o patrimônio, dívida líquida sobre a EBITDA, índice de cobertura e caixa mínimo. A Sociedade vem cumprindo regularmente com estes indicadores.

Além das cláusulas relacionadas a indicadores financeiros, os contratos preveem outros compromissos como atendimentos a requerimentos legais e aderência a algumas boas práticas corporativas e administrativas.

10 Outras contas a pagar

	2018	2017
Provisão de repasses médicos	23.838	20.485
Provisão de despesas, consignados e serviços contratados	14.079	27.624
Depósitos de pacientes	7.400	7.496
Adiantamentos	2.435	1.254
Outros	415	687
	48.167	57.546
	48.167	57.546

11 Provisões para contingências

A Sociedade, no curso normal de suas atividades, está sujeita a processos judiciais de naturezas cíveis, fiscais e trabalhistas.

A Administração, apoiada na opinião de seus consultores legais, constituiu provisões para cobertura das perdas consideradas como prováveis, nos montantes indicados a seguir:

	2018			2017		
	Saldo de Contingência	Depósito Judicial	Saldo Líquido	Saldo de Contingência	Depósito Judicial	Saldo Líquido
Cíveis	1.942	-	1.942	1.724	-	1.724
Trabalhistas	1.531	-	1.531	-	-	-
ISS s/faturamento	2.278	-	2.278	4.366	-	4.366
FGTS	16.770	(16.437)	333	14.544	(14.530)	14
ITCMD	1.240	-	1.240	1.240	-	1.240
Total de contingências	23.762	(16.437)	7.325	21.874	(14.530)	7.344

As movimentações das contingências possuem a seguinte composição:

	2018				
	Saldo final 2017	Adição	Baixa	Atualização Monetária	Saldo final 2018
Cíveis	1.724	218	-	-	1.942
Trabalhistas	-	1.531	-	-	1.531
ISS s/faturamento	4.366	1.069	(3.635)	478	2.278
ITCMD	1.240	-	-	-	1.240
FGTS	14.544	1.252	-	975	16.771
Total de contingências	21.874	4.070	(3.635)	1.453	23.762
	2017				
	Saldo final 2016	Adição	Baixa	Atualização Monetária	Saldo final 2017
Cíveis	1.724	-	-	-	1.724
ISS s/faturamento	2.190	2.951	(1.121)	346	4.366
ITCMD	1.251	121	(132)	-	1.240
FGTS	12.923	716	-	905	14.544
Total de contingências	18.088	3.788	(1.253)	1.251	21.874

Os depósitos judiciais mantidos no ativo não circulante, que não possuem passivos contingentes associados, possuem a seguinte composição:

	2018	2017
ICMS sobre importações de equipamentos	17.116	15.684
PIS	44.890	42.883
Outros depósitos	6.181	6.771
Total	68.187	65.338

Demandas tributárias

A Sociedade está envolvida em processos tributários avaliados com perda possível no montante R\$ 395.798 (R\$ 378.175 em 2017), sem provisão constituída, sendo os principais processos:

- (i) Autuação Fiscal - processos administrativos pendentes de recurso:
 - a. Contribuição Previdenciária referente à cota patronal não recolhida com base no CEBAS, no montante atualizado até 31 de dezembro de 2018 de R\$ 90.413 (R\$ 88.374 em 2017) referentes ao período de janeiro de 2001 a julho de 2002;
 - b. Contribuições à seguridade social, correspondentes à parte da empresa do período de agosto de 2002 a março de 2004 no montante atualizado até 31 de dezembro de 2018 de R\$ 39.168 (R\$ 37.888 em 2017);
 - c. Cobrança cota SAT e contribuição de terceiros de 2006 a 2008 no montante atualizado até 31 de dezembro de 2018 de R\$ 149.925 (R\$ 145.025 em 2017);
- (ii) Processo judicial pleiteando o reconhecimento de imunidade nos processos de importação de ICMS no período de 2008 até 2010 no montante atualizado até 31 de dezembro de 2018 de R\$ 42.633 (R\$ 38.764 em 2017).

Demandas Cíveis

Os processos cíveis que a Sociedade está envolvida, decorrentes do curso normal dos seus negócios são classificados como risco de perda possível, para os quais nenhuma provisão foi constituída, tendo em vista que as práticas contábeis adotadas no Brasil não requerem sua contabilização. O montante para os processos cíveis em 31 de dezembro de 2018 é de R\$ 24.581 (R\$ 54.496 em 2017),

Nas ações relacionadas às questões de erro médico, a Sociedade contrata seguro de responsabilidade civil que é acionado nas ações em curso para cobertura de eventual indenização.

Demandas Trabalhistas

Os processos trabalhistas que a Sociedade está envolvida, surgidos no curso normal dos seus negócios são classificados como risco de perda possível, para os quais nenhuma provisão foi constituída, tendo em vista que as práticas contábeis adotadas no Brasil não requerem sua contabilização.

O montante referente aos processos trabalhistas em 31 de dezembro de 2018 é de R\$ 8.705 (R\$ 17.994 em 2017).

12 Patrimônio líquido

12.1 Patrimônio social

Conforme estatuto social, a Sociedade deve aplicar integralmente seus recursos na manutenção de seus objetivos institucionais, portanto não distribui nenhuma parcela de seu patrimônio ou de suas rendas a título de lucro ou de participação no seu superávit. Dessa forma, o superávit do exercício é integralmente incorporado ao patrimônio social.

No caso de extinção ou dissolução da Sociedade, quaisquer que sejam as razões, todos os bens móveis e imóveis que integram o seu patrimônio serão revertidos a uma ou mais instituições beneficentes, filantrópicas e de assistência social, consideradas de utilidade pública, indicadas e aprovadas pela Assembleia Geral, registradas como tal nos termos vigentes, localizadas preferencialmente no Estado de São Paulo.

12.2 Doações acumuladas

Representa as doações acumuladas de exercícios anteriores registradas diretamente no patrimônio líquido enquanto as práticas contábeis adotadas no Brasil (anterior a Lei 11.638/07 implementada a partir do ano de 2008) permitiam o reconhecimento contábil das doações diretamente no patrimônio líquido.

12.3 Ajuste de avaliação patrimonial (reavaliação de bens)

A reserva de reavaliação foi constituída em decorrência da reavaliação parcial de bens do ativo imobilizado, com base em laudo de avaliação elaborado por consultoria especializada no exercício de 2007. A reserva de reavaliação está sendo realizada por depreciação ou baixa dos bens reavaliados contra o superávit acumulado.

Não foram constituídos o imposto de renda e a contribuição social diferidos em decorrência de a Sociedade possuir imunidade tributária.

13 Receitas operacionais

	2018	2017
Receita bruta		
Pacientes convênios	1.592.387	1.555.841
Pacientes particulares	436.833	443.729
Pacientes não pagantes	81.579	72.660
Ensino e pesquisa	22.931	19.315
Outras receitas	41.682	14.604
	<u>2.175.412</u>	<u>2.106.149</u>
Deduções		
Descontos e cancelamentos	(38.025)	(36.508)
Assistência prestada à pacientes não pagantes	(81.579)	(72.660)
Glosas efetivas	(24.832)	(23.294)
Outros	-	(3.186)
	<u>(144.436)</u>	<u>(135.648)</u>
	<u><u>2.030.976</u></u>	<u><u>1.970.501</u></u>

Obrigações de desempenho e políticas de reconhecimento de receita

Tipo de produto	Natureza e época do cumprimento das obrigações de desempenho, incluindo condições de pagamento significativas	Reconhecimento da receita conforme o CPC47 / IFRS 15
	O cliente obtêm o controle das receitas com atendimento de pacientes convênios, particulares, ensino e outras prestações de serviços voltados para a assistência dessas atividades.	As receitas são reconhecidas ao longo do tempo, conforme os serviços são prestados. O preço dos serviços oferecidos são individuais por categoria, determinado com base nos preços de tabela em que a Sociedade vende serviços em transações separadas.
Prestação de serviços	Uma receita não é reconhecida se há uma incerteza significativa na sua realização	

14 Medicamentos, materiais e serviços médicos

	2018	2017
Serviços médicos	(317.153)	(305.042)
Medicamentos	(235.185)	(221.069)
Materiais e descartáveis	(204.582)	(209.348)
	<u>(756.920)</u>	<u>(735.459)</u>

15 Despesa com pessoal e encargos

	2018	2017
Salários e ordenados	(505.429)	(462.241)
Benefícios a funcionários	(75.966)	(61.758)
Encargos sociais	(39.018)	(35.022)
Verbas indenizatórias	(10.232)	(6.256)
	<u>(630.645)</u>	<u>(565.277)</u>

16 Despesas administrativas e gerais

	2018	2017
Consultoria e assessoria	(52.168)	(58.220)
Material de consumo	(50.324)	(53.611)
Serviços de limpeza, lavanderia, segurança	(30.325)	(30.461)
Manutenção e engenharia	(27.195)	(25.134)
Utilidades - serviços públicos	(26.673)	(25.405)
Locações /condomínio	(23.886)	(24.684)
Suporte e infraestrutura de TI	(19.720)	(17.388)
Viagem e refeição	(17.804)	(31.862)
Eventos, cursos e simpósios	(13.038)	(41.231)
Nutrição	(10.608)	(10.126)
Serviços de marketing	(9.347)	(8.503)
Donativos	(3.539)	(887)
Trabalho Voluntário	(559)	(465)
Outras despesas	(28.635)	(26.402)
	<u>(313.821)</u>	<u>(354.379)</u>

17 Outras (receitas) despesas operacionais líquidas

	2018	2017
Despesa de crédito de liquidação duvidosa	(30.465)	(29.558)
Provisões (reversões) de filantropia (i)	(24.311)	55.693
Provisão de impairment IRSSL(ii)	(19.158)	-
Receita com trabalhos voluntários	559	465
Outras despesas (receitas) diversas	(11.578)	7.018
	(84.953)	33.618

- (i) Em 2018 foi iniciado o novo triênio (2018-2020) referente ao envio de projetos Filantrópicos ao Ministério da Saúde, de acordo com a Lei nº 12.101/2009 e o Decreto nº 7.237/2010. Dessa forma, deve-se aplicar no exercício vigente a imunidade referente ao exercício anterior. Com isso, em 2018 a Sociedade possuía como base de imunidade o montante de R\$ 157.484, sendo investido no exercício o montante de R\$ 133.173, ou seja, a parcela não investida no exercício corrente no montante de R\$ 24.311 foi provisionada e terá que ser investida pela Sociedade até o final do triênio (2018 - 2020).
- (ii) Em 31 de dezembro de 2018 a Administração definiu a constituição da provisão para impairment do saldo a receber do Instituto de Responsabilidade Social Sírio-libanês - "IRSSL", conforme análise dos fluxos da devolução parcial ocorrida em 2018 comparado ao saldo total devido pelo IRSSL e por consequência o tempo total de devolução total, conclui-se pelo reconhecimento da provisão de não recuperabilidade do saldo.

18 Despesas financeiras, líquidas

	2018	2017
Receitas financeiras		
Receita de aplicações financeiras	19.135	26.242
Atualizações monetária ativa	3.961	5.429
Juros Ativos	1.766	2.202
Desconto obtidos	1.729	1.549
Variações cambiais ativas	-	3.491
Outras receitas financeiras	573	1.745
	27.164	40.658
Despesas financeiras		
Juros de empréstimos e financiamentos	(34.959)	(36.292)
Atualizações monetárias passivas	(8.070)	(14.234)
Variações cambiais passivas	(3.830)	(3.610)
Taxa de cartões	(2.601)	(2.365)
Outras despesas financeiras	(5.778)	(6.541)
	(55.238)	(56.224)
Despesas financeiras, líquidas	(28.074)	(15.566)

19 Instrumentos financeiros

Gerenciamento de riscos financeiros

A Sociedade apresenta exposição aos seguintes riscos advindos do uso de instrumentos financeiros:

- Risco de crédito
- Risco de liquidez

- Risco de mercado
- Risco de moeda

Esta nota apresenta informações sobre a exposição da Sociedade a cada um dos riscos supramencionados, os objetivos da Sociedade, as políticas e os processos para manutenção e gerenciamento de risco.

Estrutura do gerenciamento de risco

As políticas de gerenciamento de risco da Sociedade são estabelecidas para identificar e analisar os riscos enfrentados, para definir limites e controles apropriados e para monitorar riscos e aderência aos limites. As políticas e sistemas de gerenciamento de riscos são revisados frequentemente para refletir mudanças nas condições de mercado e nas atividades da Sociedade.

Risco de crédito

É o risco de prejuízo financeiro da Sociedade caso um cliente ou contraparte ou instituições financeiras depositárias de recursos de investimentos financeiros falhe em cumprir com suas obrigações contratuais, que surgem principalmente dos recebíveis de convênios, particulares e em títulos de investimento.

- **Caixa e equivalentes de caixa e aplicações financeiras** - A política de gestão de risco corporativo determina que a Sociedade avalie regularmente o risco associado ao seu fluxo de caixa, bem como propostas de mitigação. As estratégias de mitigação de riscos são executadas com o objetivo de reduzir os riscos com relação ao cumprimento dos compromissos assumidos pela Sociedade. A Sociedade possui aplicações financeiras em títulos de renda fixa de curto prazo que são realizadas em instituições financeiras tradicionais, consideradas de baixo risco. No que tange às instituições financeiras, a Sociedade somente realiza operações com instituições financeiras de baixo risco avaliadas por agências de *rating* e aplicações em títulos de renda fixa.
- **Contas a receber de clientes** - Para mitigar esses riscos, a Sociedade adota como prática a análise das situações financeira e patrimonial de suas contrapartes, gerenciamento no processo de revisão prévia de glosas junto aos convênios médicos e constituição de provisão para perdas esperadas, assim como a definição de limites de crédito e acompanhamento permanente das posições em aberto. Com relação aos valores a receber de convênios e particulares, a Sociedade constitui provisão para perdas esperadas para cobrir eventuais inadimplências.

A Administração não espera que nenhuma contraparte falhe em cumprir com suas obrigações.

Exposição a riscos de crédito

O valor contábil dos ativos financeiros representa a exposição máxima do crédito. A exposição máxima do risco do crédito na data das demonstrações financeiras foi:

	Nota	2018	2017
Caixa e equivalentes de caixa	4	255.644	173.379
Títulos e valores mobiliários	4	50.307	57.726
Contas a receber de pacientes e convênios	5	507.061	464.638
Contas a receber - partes relacionadas	20	-	21.016
Outros ativos		<u>40.444</u>	<u>43.413</u>
Total		<u>853.456</u>	<u>760.172</u>

Risco de liquidez

É o risco em que a Sociedade irá encontrar dificuldades em cumprir com as obrigações associadas com seus passivos financeiros que são liquidados com pagamentos à vista ou com outro ativo financeiro. A abordagem da Sociedade na administração de liquidez é garantir, o máximo possível, que sempre tenha recursos suficientes para cumprir com suas obrigações ao vencerem, sob condições normais e de estresse, sem causar perdas inaceitáveis ou com risco de prejudicar a reputação da Sociedade.

As maturidades contratuais de passivos financeiros, incluindo pagamentos de juros estimados e excluindo o impacto de acordos de negociação de moedas pela posição líquida, são apresentadas a seguir:

31/12/2018		Fluxo de caixa contratuais				
Passivos financeiros não derivativos	Valor Contábil	Total	6 meses ou Menos	6 - 12 meses	1 -2 anos	Mais de 5 anos
Empréstimos e financiamentos	547.134	547.134	46.041	46.041	218.522	236.530
Fornecedores	160.467	160.467	160.467	-	-	-
Outras contas a pagar	48.167	48.167	48.167	-	-	-
Total	<u>755.768</u>	<u>755.768</u>	<u>254.675</u>	<u>46.041</u>	<u>218.522</u>	<u>236.530</u>

31/12/2017		Fluxo de caixa contratuais				
Passivos financeiros não derivativos	Valor Contábil	Total	6 meses ou Menos	6 - 12 meses	1 -2 anos	Mais de 5 anos
Empréstimos e financiamentos	463.128	463.128	36.469	36.468	145.549	244.642
Fornecedores	155.897	155.897	155.897	-	-	-
Outras contas a pagar	57.546	57.546	57.546	-	-	-
Total	<u>676.571</u>	<u>676.571</u>	<u>249.912</u>	<u>36.468</u>	<u>145.549</u>	<u>244.642</u>

Risco de mercado

É o risco que alterações nos preços de mercado, tais como as taxas de câmbio e taxas de juros têm nos ganhos da Sociedade, no valor de suas participações em instrumentos financeiros ou na possibilidade de oscilação dos preços de mercado dos serviços prestados pela Sociedade e dos demais insumos utilizados no processo de prestação do serviço. Essas oscilações de preços e taxas podem provocar alterações nas receitas e nos custos da Sociedade.

O objetivo do gerenciamento de risco de mercado é gerenciar e controlar as exposições a riscos de mercado, dentro de parâmetros aceitáveis, e ao mesmo tempo maximizar o retorno.

Esse risco é mitigado uma vez que o principal componente do custo refere-se a pessoal fixado em moeda nacional e de acordo com o dissídio das categorias.

Com relação às taxas de juros, visando à mitigação desse tipo de risco, a Sociedade centraliza seus investimentos em operações com taxas de rentabilidade que acompanham a variação do CDI em certificado de depósito interbancário e fundo renda fixa. Nas taxas de câmbio, o risco também é mitigado, uma vez que a Sociedade possui reduzida parcela de aquisição de materiais em moeda estrangeira e não possui contas a receber ou aplicações em moeda estrangeira.

Risco de moeda

Em 2018 a Sociedade não mantém operações de empréstimos em moedas estrangeiras. A Sociedade mantém operações de fornecedores em moedas estrangeira. Qualquer flutuação da taxa de câmbio pode aumentar ou reduzir os referidos saldos.

Os montantes em aberto em moeda estrangeira de fornecedores estão mencionados na Nota Explicativa nº 7. A estratégia de gerenciamento de riscos cambiais envolve o uso de contratos a termo para minimizar a exposição cambial de certas obrigações da Sociedade.

Em 31 de dezembro de 2018 a Sociedade não possui nenhum contrato em aberto de *hedge* cambial.

A exposição total em 31 de dezembro de 2018 era de USD 2.655 de fornecedores internacionais.

Análise de sensibilidade

31 de dezembro de 2018	Cenário Provável	Cenário I - Deterioração de 25%	Cenário II - Deterioração de 50%
USD			
Taxa de câmbio de 31 de dezembro de 2018	3,8742	3,8742	3,8742
Exposição bruta em moeda estrangeira - US\$	2.655	2.655	2.655
Taxa de câmbio estimada	3,8742	4,8428	5,8113
Efeito no instrumento financeiro	-	2.572	5.143

Gestão de capital

A política da Administração da Sociedade é manter uma sólida base de capital para manter a confiança do credor e mercado e manter o desenvolvimento futuro do negócio.

A Administração da Sociedade procura manter um equilíbrio entre os mais altos retornos possíveis com níveis mais adequados de empréstimos e as vantagens e a segurança proporcionada por uma posição de capital saudável.

Valor justo

Os valores justos dos ativos e passivos financeiros quando comparados aos valores contábeis apresentados na demonstração da posição financeira não apresentam variações.

20 Partes relacionadas

	2018	2017
Instituto de Responsabilidade Social Sirio Libanês (i)	19.158	21.016
Provisão de impairment (ii)	<u>(19.158)</u>	<u>-</u>
	<u>-</u>	<u>21.016</u>

Em 2016 e 2017 a Sociedade efetuou aportes emergenciais ao Instituto de Responsabilidade Social Sírio Libanês (“IRSSL”). O IRSSL é uma organização social de saúde cujo a Sociedade é mantenedora.

Os aportes foram efetuados no sentido de auxiliar o IRSSL na cobertura de seu fluxo de caixa operacional. Os aportes não possuem garantias, juros e multa.

No ano de 2018 a Sociedade recebeu devolução parcial de R\$ 1.857 dos valores aportados em anos anteriores. A Administração da Sociedade decidiu em 2018 efetuar a provisão integral de R\$ 19.158, dos valores a receber do IRSSL em função das dificuldades de caixa enfrentada por essa entidade. Apesar da provisão integral a Sociedade mantém negociações com o IRSSL no sentido de reaver financeiramente os recursos repassados.

Transações comerciais com partes relacionadas

No ano de 2018 a Sociedade contratou serviços especializados na área de Diagnósticos por Imagem com a empresa Medcer Diagnóstico por Imagem Ltda., controlada pelo Dr. Giovanni Guido Cerri, membro do Conselho de Administração. A Sociedade incorreu no total de despesa no exercício de 2018 de R\$ 58.600 (R\$ 63.781 em 2017) e contas a pagar em aberto em 31 de dezembro de 2018 de R\$ 5.050 (R\$ 4.320 em 2017).

No ano de 2018 a Sociedade contratou serviços médicos especializados com a empresa UCO Serviços Médicos Ltda., controlada pelo Dr. Roberto Kalil Filho, atual membro do Conselho de Administração. A Sociedade incorreu no total de despesa no exercício de 2018 de R\$ 594 (R\$ 440 em 2017) e não possui contas a pagar em aberto em 2018 e em 2017.

No ano de 2018 a Sociedade contratou serviços médicos especializados com as empresas Grupo A.K. de Oncologia S/S e A.K. - Serviços Médicos S/S controladas pelo Dr. Artur Katz, membro do Conselho de Administração. O montante de despesas de serviços prestados pelas empresas no exercício de 2018 foi de R\$ 5.445 (zero em 2017) e contas a pagar em aberto em 31 de dezembro de 2018 de R\$ 448 (zero em 2017).

No ano de 2018 a Sociedade contratou serviços médicos especializados com a empresa Med Colon Serviços Médicos Ltda., controlada pelo Dr. Sergio Carlos Nahas, membro do Conselho de Administração. A Sociedade incorreu no total de despesa no exercício de 2018 de R\$ 696 (R\$ 2.498 em 2017) e contas a pagar em aberto em 31 de dezembro de 2018 de R\$ 68 (zero em 2017).

Remuneração da administração

A Sociedade não remunera de forma direta ou indireta seus membros do conselho fiscal, de deliberativo, de administração e diretoria de senhoras.

21 Tributos e contribuições

21.1 Imposto de Renda e Contribuição Social

Em virtude de ser uma entidade sem fins lucrativos, a Sociedade goza do benefício da imunidade do recolhimento do tributo e da contribuição acima citados incidentes sobre o resultado, de acordo com o art. 15 da Lei 9.532 de 1997 e art. 150 da Constituição Federal. Onde preenche os requisitos previstos no art. 14 da Lei nº 5.172, de 25 de outubro de 1966 (Código Tributário Nacional - CTN) e art. 12 caput, § 2º, alíneas “a” a “e”, “g” e “h”, e § 3º da Lei 9.532, de 10 de dezembro de 1997.

21.2 PIS

Por ser uma entidade sem fins lucrativos, a Sociedade estaria sujeita ao recolhimento da contribuição para o PIS calculado sobre a folha de salários à alíquota de 1% de acordo com a Lei nº 9.532/97. No entanto, considerando a existência de discussão judicial e decisão favorável não há obrigatoriedade de manter os depósitos judiciais em relação a esses valores.

21.3 COFINS

Por ser entidade filantrópica, a Sociedade é imune do recolhimento da COFINS incidente sobre suas receitas, de acordo com as Leis n.º 8.212/1991 (cujo atual correspondente é o artigo 29 da Lei 12.101/2009), onde os valores calculados anualmente compõem juntamente com a Imunidade Previdenciária o total revertido em Projetos Filantrópicos.

22 Renúncia fiscal

Em atendimento ao item 27, letra “c” da ITG 2002 (R1) - entidade sem finalidade de lucros, a Sociedade apresenta a seguir a relação dos tributos objetos da renúncia fiscal para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2018 e 2017:

- IRPJ (Imposto de renda da Pessoa Jurídica)
- CSLL (Contribuição Social sobre o Lucro Líquido)
- ISSQN (Imposto sobre Prestação de Serviços de Qualquer Natureza)
- COFINS (Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social) sobre as receitas próprias
- ITCMD (Imposto sobre Transmissão “Causa Mortis” e Doação de quaisquer bens ou direitos)

23 Filantropia

A Sociedade atendendo a lei nº 8.742/93 art.18 incisos IV, foi registrada no Conselho Nacional de Assistência Social - CNAS, pelo processo nº 00000.111880/1962-00, deferida em sessão realizada no dia 02 de maio de 1963.

Em 2018 foi solicitada a 8ª renovação do CEBAS, pelo processo nº 25000.062729/2018-38, o qual foi encaminhado ao Ministério da Saúde, como determina o art.21 da lei 12.101/2009, de 27 de novembro de 2009, publicada em 30 de novembro de 2009, sendo que enquanto este pedido estiver em análise junto ao DCEBAS, mantém-se válida a certificação anterior.

Também no de 2009, a Sociedade passou a integrar o Grupo de Hospitais Estratégicos de Excelência junto ao Ministério da Saúde, para cumprimento à Lei nº 12.101 de 27 de novembro de 2009, ao Decreto nº 8.242 de 23 de maio de 2014 e à Portaria nº 3.362/GM - MS de 08 de dezembro de 2017, referente a aplicação de projetos filantrópicos junto ao Ministério da Saúde.

Com base na regra estabelecida pelo Ministério da Saúde, detalhada na nota 17, a Sociedade deverá aplicar aos projetos estabelecidos os valores que obteve de contribuições imunes respeitando-se a aplicação integral dentro do triênio 2018-2019-2020.

Os valores aplicados no triênio em relação às isenções usufruídas estão detalhados a seguir bem como as isenções usufruídas, destacando-se que os gastos em projetos foram superiores as isenções do período.

	2018	2017
Recursos aplicados em filantropia no período	133.173	202.901
Glosa	-	-
	133.173	202.901
Recursos líquido aplicados em filantropia no período	133.173	202.901
Isenções à aplicar	2018	2017
COFINS	60.312	56.075
INSS Cota Patronal	97.172	106.964
	157.484	163.039
Total de isenções usufruídas	157.484	163.039

24 Evento Subsequente

Em fevereiro de 2019 foi inaugurada a nova Unidade Hospitalar, que fica localizada em Brasília. O complexo hospitalar tem uma área de 30.763,40 m², e é composto por 94 leitos, 5 salas de cirurgia e 1 sala hemodinâmica e Pronto Atendimento.

* * *

Marta Kehdi Schahin
Presidente da Sociedade Beneficente de
Senhoras

Denise Alves da Silva Jafet
Presidente do Conselho Deliberativo

Paulo Chapchap
Diretor Geral

Fernando Andreatta Torelly
Diretor Executivo

Carlos Alberto Marsal
Diretor Financeiro

Felipe Alves Teixeira
Contador
CRC 1SP300919/O-3